

Resumo de Convênio

Referência
06/08/2021

Registro => 11704
Entidade => 50/031
UNIVERSIDADE DE GRANADA

Objetivo : Estabelecimento de um programa de intercâmbio e das condições que o regerão, entre a Universidade de Brasília e a Universidade de Granada

Órgão Gestor : 367 - INT - Secretaria de Assuntos Internacionais
Gestor : 1048791 - VIRGILIO PEREIRA DE ALMEIDA
Gestor Subst.: 1107461 - DIEGO DE TASSIO SILVA
Ato: 136/2021 - 05/08/2021

Instrumento : 3 - Acordo de Cooperação
Natureza : 6 - Cooperação Técnica, Intercâmbio
Esfera Admin. : 5 - Internacional

Data Assinatura: 07/07/2021 Data Início : 07/07/2021 Data Término : 07/07/2025

Valor : 0,00
Nro Processo : 23106.064206/2021-18
Nro Processo Origem :
Código SIAFI :

-----1ª Publicação DOU-----

Responsável: FUB
Data : 06/08/2021 Número : 148 Página : 107

Contato : Dorothy Kelly
Endereço : Universidade de Granada
Granada Espanha
Telefone :

**ACORDO DE INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES ENTRE
A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (BRASIL) E
A UNIVERSIDADE DE GRANADA (REINO DA ESPANHA)**

A Universidade de Brasília, instituição federal de ensino superior, fundação pública, criada pela Lei nº. 3.998, de 15/12/1961 e instituída pelo Decreto nº. 500, de 15/01/1962, inscrita no CNPJ sob nº. 00.038.174/0001-43, sediada no “Campus Universitário Darcy Ribeiro”, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília/DF, Brasil, neste ato, representada por seu Secretário para Assuntos Internacionais, Prof. Virgílio Pereira de Almeida, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília, DF, portador do CPF nº. 659.398.756-53 e do RG nº. M3.993.431 SSP/MG, com delegação concedida pelo Ato da Reitoria Nº 0843/2020,

De uma parte, em nome e representação da Universidade de Granada (Reino de Espanha), a Senhora Dorothy Kelly, Vice-reitora de Internacionalização, representante legal por delegação da Reitora, María Pilar Aranda Ramírez, em virtude da Resolução de 31 de julho de 2019 da Universidade de Granada (BOJA 150/2019, de 6 de agosto de 2019), atuando com as atribuições que lhe conferem o artigo 6 da resolução.

Com o fim de reforçar a cooperação entre as instituições que representam e contribuir, assim, com os objetivos de internacionalização dos estudos que compartilham no quadro do acordo de colaboração assinado nas mesmas datas entre as duas instituições, subscrevem, de comum acordo, o presente acordo de intercâmbio internacional de estudantes nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA. OBJETO: O objeto deste acordo específico é estabelecer um programa de intercâmbio e as condições que o regerão, entre a Universidade de Granada e a Universidade de Brasília,

CLÁUSULA SEGUNDA. CONDIÇÕES DO INTERCÂMBIO: O intercâmbio de estudantes entre as duas instituições se realizará de acordo com os seguintes termos:

1. Participantes: poderão participar do programa de intercâmbio os estudantes de graduação e pós-graduação que estiverem matriculados em cursos oferecidos por ambas as universidades durante o período em que se realizar o intercâmbio.
2. Duração: O estudante selecionado poderá participar do programa de intercâmbio durante o período de um semestre ou um ano acadêmico.
3. Número de participantes: O número de participantes a intercambiar será de até dois (2) para cada uma das universidades, considerando-se as grades curriculares anuais ou de até quatro (4) por semestre acadêmico, ao menos que se determine outro número por acordo expresso entre as instituições.
4. Condições de reciprocidade: Ambas as instituições revisarão anualmente o número de estudantes de intercâmbio e procurarão ajustá-lo para alcançar um equilíbrio durante o período de vigência do programa.



5. Seleção dos participantes e admissão:

- A seleção dos estudantes que participarão do programa é de responsabilidade da Universidade de origem, que levará em consideração, conforme seus próprios critérios, o rendimento acadêmico e o nível de estudos em que se encontre cada candidato.
- Os estudantes de intercâmbio deverão reunir os requisitos acadêmicos e idiomáticos requeridos pela Universidade receptora. A Universidade receptora se reserva no direito sobre a admissão final do estudante selecionado para o intercâmbio, após a aferição dos documentos requeridos apresentados pelo candidato.
- A aceitação dos estudantes que participarão do programa é competência da Universidade receptora, que levará em consideração a situação de reciprocidade no número de estudantes enviados e recebidos, a disponibilidade de alojamento e a capacidade para recebê-los.
- Uma vez admitidos pela Universidade receptora, os estudantes participantes do programa terão os mesmos direitos e obrigações que os estudantes da Universidade receptora.

6.- Condições econômicas e seguro médico:

- Os estudantes participantes do programa pagarão os preços públicos de inscrição na sua Universidade de origem, estando isentos de qualquer pagamento pelos direitos à matrícula na Universidade receptora.
- Os estudantes de intercâmbio deverão pagar unicamente as taxas e emolumentos públicos para que tenham acesso a determinados serviços (esportes, internet, livros, etc.), nas mesmas condições que os estudantes da Universidade receptora. Neste caso, a Universidade receptora deverá informar aos estudantes tais valores previamente à sua chegada.
- Os gastos de viagem, alojamento, manutenção, seguro médico e outros derivados da estadia no intercâmbio correrão a cargo do estudante, salvo se, mediante acordo expresso de ambas as instituições, decidam assumir algum ou todos estes gastos. Não obstante, a Universidade receptora deverá assessorar os estudantes na busca de um alojamento adequado para sua estadia.
- Todos os estudantes de intercâmbio deverão ter durante sua estadia no intercâmbio um seguro médico e de assistência à viagem, contratado a cargo do estudante.
- As mobilidades serão financiadas preferencialmente com fundos externos, desde que os estudantes selecionados cumpram as condições para receber tal financiamento. Se não for possível receber financiamento externo, as condições estabelecidas neste contrato serão garantidas.



7.- Prestações e serviços da Universidade receptora

- Cada Universidade prestará aos estudantes que receba no marco do programa de intercâmbio a assistência necessária para a preparação adequada da sua estadia e para o perfeito desenvolvimento do mesmo através de seus serviços gerais e de relações internacionais.
- Os estudantes de intercâmbio terão direito na Universidade receptora a acessar e utilizar os serviços que esta ofereça nas mesmas condições que os estudantes da Universidade. A Universidade receptora informará devidamente aos estudantes de intercâmbio sobre seus respectivos serviços.

CLAÚSULA TERCEIRA. COMPROMISSOS ACADÊMICOS.

1. Os estudantes participantes do programa a serem admitidos pela Universidade receptora têm direito a se matricular nos componentes curriculares oferecidos pela Universidade por um período máximo de um ano acadêmico e pelo número máximo de créditos permitidos, ficando sujeitos ao mesmo regime acadêmico que os outros estudantes matriculados em ditos componentes curriculares.

2. As universidades receptoras poderão limitar, em coordenação com outros Centros interessados, os componentes curriculares que podem ser cursados no programa de intercâmbio se isto for considerado conveniente para facilitar o reconhecimento acadêmico recíproco dos estudos realizados pelos estudantes de intercâmbio.

3. A admissão para cursar um componente curricular específico estará condicionada ao fato do estudante reunir os requisitos acadêmicos e administrativos para se inscrever no mesmo, assim como a disponibilidade e as vagas oferecidas em cada convocatória.

4. Ao término do período de intercâmbio, a universidade receptora expedirá um certificado pelos estudos realizados por cada participante, especificamente quanto ao número de créditos cursados e a duração dos mesmos, assim como as qualificações obtidas.

5. Cada uma das Universidades aceitará os estudos realizados em outra instituição como equivalentes aos seus próprios, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente em cada país e da normativa própria de cada Universidade.

CLAÚSULA QUARTA. COORDENAÇÃO.

As pessoas responsáveis academicamente pelas relações internacionais em cada Universidade implementarão o presente convenio específico.

Quando, ao amparo do presente convenio, promovam-se acordos específicos de intercâmbio entre as instituições, os coordenadores do programa de intercâmbio que cada um dos centros de ensino houver nomeado serão os responsáveis pela coordenação do acordo.



CLÁUSULA QUINTA. COMISSÃO MISTA E CONVOCATÓRIA.

A Comissão Mista criada no âmbito do Acordo de Colaboração assinado entre as duas instituições, terá um representante do Gabinete do Vice-Reitor responsável pela área de relações internacionais em nome da Universidade de Granada, bem como um representante da área de relações internacionais em nome da Universidade de Brasília, que avaliará a execução deste acordo específico para o intercâmbio de alunos.

As universidades fixarão anualmente, com antecedência suficiente em relação às datas de abertura das convocatórias do programa de intercâmbio em cada instituição, o número e condições das vagas oferecidas pelo programa.

No âmbito da Universidade de Granada, com relação à aplicação da normativa aprovada pelo Conselho de Governo sobre mobilidade internacional de estudantes, a convocatória de intercâmbio será realizada pelo Vice-Reitorado responsável pelas relações internacionais e será implementado em coordenação com os centros implicados pela Oficina de Relações Internacionais da Universidade de Granada.

CLÁUSULA SEXTA. DURAÇÃO E RENOVACÃO.

O presente acordo começará sua vigência no ano acadêmico 2020/2021 e terá validade durante um período de quatro (4) anos, ficando sujeito a revisão ou modificação pelo acordo mútuo entre as partes. As modificações que forem acordadas serão incorporadas ao acordo como adendas.

O Acordo poderá ser prorrogado por um período máximo de quatro (4) anos adicionais, por acordo unânime entre as partes e em qualquer momento antes de sua data de validade.

Não obstante, quaisquer das partes poderá rescindir o acordo mediante comunicação expressa por escrito à outra parte com antecedência prévia de seis meses.

CLÁUSULA SÉPTIMA. - Proteção de Dados, Segurança e Confidencialidade.

Nas atuações que sejam desenvolvidas em execução do presente convênio de colaboração, e que impliquem o tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a cumprir o regime de proteção de dados aplicável a cada uma delas.

Neste sentido, a Universidade de Granada está sujeita ao previsto no Regulamento (União Europeia) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e na Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, sobre Proteção de Dados de Carácter Pessoal e garantia dos direitos digitais e demais normativa que resultem da sua aplicação.

Com relação à Universidade de Brasília, cabe aplicar o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sem prejuízo das situações em que caiba o tratamento da informação pela Universidade de Granada, caso em que serão aplicadas as normas citadas no parágrafo anterior. A Universidade de Brasília, por sua vez, deverá ter em conta o previsto no artigo 3.2 RGPD.

Igualmente, cada partícipe manterá a confidencialidade no tratamento da informação fornecida pela outra partícipe, e da informação, de qualquer classe ou natureza, gerada como



consequência da execução do presente convênio; tal obrigação será estendida indefinidamente, ainda que o convênio tenha sido extinto. Nada disso prejudicará a eventual autorização de divulgação pelas partícipes, caso em que tal informação passará a ser considerada como de domínio público.

CLÁUSULA OITAVA. DISCREPÂNCIAS.

Toda diferença, conflito de interesse, ou problemas derivados da aplicação ou da interpretação do presente Acordo serão resolvidos em primeira instância pelos coordenadores das partes, e em segunda instância pelos respectivos reitores ou pelas pessoas que estes designem.

Caso não seja possível uma solução amigável e resultar procedente litígio judicial, as partes concordam, com renúncia expressa a qualquer outro foro que poderia corresponder-lhes, submeter o conflito à jurisdição e à competência dos tribunais do país da parte demandada.

Os representantes de ambas as instituições assinam o presente Acordo em quatro exemplares originais, dois em espanhol e dois em português, igualmente válidos, e registram neles seus respectivos carimbos na data e lugar mencionados.

**PELA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

**PELA UNIVERSIDADE
DE GRANADA**

p/



Documento assinado digitalmente

Diego de Tassio Silva
Data: 08/06/2021 13:54:33-0300
CPF: 006.608.151-33

**O Secretário de Assuntos
Internacionais
Virgílio Pereira de Almeida
Representante legal por delegação da
Reitora**

**A Vice-Reitora de Internacionalização,
Dorothy Kelly
Representante legal por delegação da
Reitora**

Lugar e data: Brasília, 08/06/21

Lugar e data:



**CONVENIO DE INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES ENTRE
LA UNIVERSIDAD DE BRASILIA (BRASIL) Y
LA UNIVERSIDAD DE GRANADA (REINO DE ESPAÑA)**

De una parte, en nombre y representación de la Universidad de Granada (Reino de España), la Sra. Dña. Dorothy Kelly, Vicerrectora de Internacionalización, representante legal por delegación de la Rectora, María Pilar Aranda Ramírez, en virtud de la Resolución de 31 de julio de 2019 de la Universidad de Granada (BOJA 150/2019, de 6 de agosto de 2019), actuando con las atribuciones le confiere el artículo 6 de la resolución.

La Universidade de Brasilia, institución federal de enseñanza superior, fundación pública creada por la Ley nº 3.998, de 15/12/61 e instituida por el Decreto nº 500, de 15/01/62, inscrita en el CNPJ bajo el número 00.038.174/0001-43, con sede en el Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília-DF, Brasil, representada en este acto por su Secretario para Asuntos Internacionales, Prof. Virgílio Pereira de Almeida, brasileño, residente y domiciliado en Brasilia, DF, titular del CPF nº. 659.398.756-53 y del Documento de Identidad n.º M3.993.431 SSP / MG, con delegación otorgada por el Orden del Rector n.º 0843/2020.

Con el fin de reforzar la cooperación entre las instituciones que representan y contribuir así a los objetivos de internacionalización de los estudios que en ellas se imparten, en el marco del convenio de colaboración firmado entre ambas instituciones, suscriben de común acuerdo el presente convenio de intercambio internacional de estudiantes, en los siguientes términos:

CLÁUSULA PRIMERA. OBJETO: El objeto de este convenio específico es establecer un programa de intercambio y las condiciones que regirán el intercambio de estudiantes entre la Universidad de Granada y la Universidad de Brasilia.

CLÁUSULA SEGUNDA. CONDICIONES DEL INTERCAMBIO: El intercambio de estudiantes entre las dos instituciones se realizará bajo los siguientes términos:

1. Participantes: Podrán participar en el programa de intercambio estudiantes de grado y posgrado que estén matriculados en estudios regulares que ofrezcan las dos Universidades durante el curso en el que se realiza el intercambio.
2. Duración: El estudiantado seleccionado podrá participar en el programa de intercambio durante un período de un semestre o un año académico.
3. Número de participantes: El número máximo de estudiantes a intercambiar será de dos (2) por cada una de las Universidades y por curso académico (o de cuatro (4) si las estancias son semestrales), a menos que se determine otro número por acuerdo expreso de ambas instituciones.
4. Condiciones de reciprocidad: Ambas instituciones revisarán anualmente el número de estudiantes de intercambio y procurarán ajustarlo para lograr un equilibrio durante el periodo de vigencia del programa.



5. Selección de los participantes y admisión:

- La selección de los estudiantes que participarán en el programa es responsabilidad de la Universidad de origen, la cual tendrá en cuenta, de acuerdo con sus propios criterios, el rendimiento académico y el nivel de estudios en que se encuentre cada candidato.
- Los estudiantes de intercambio deberán reunir los requisitos académicos y de idioma requeridos por la Universidad receptora. La Universidad receptora se reserva el derecho sobre la admisión final del estudiante seleccionado para el intercambio tras la comprobación de si reúne los requisitos requeridos.
- La aceptación de los estudiantes que participarán en el programa es competencia de la Universidad receptora, la cual tendrá en cuenta la situación de reciprocidad en el número de estudiantes enviados y recibidos, la disponibilidad de cupos y la capacidad para recibirlos.
- Una vez admitidos por la Universidad receptora, los estudiantes participantes en el programa tendrán los mismos derechos y obligaciones que los estudiantes propios de la Universidad receptora.

6.- Condiciones económicas y seguro médico:

- Los estudiantes participantes en el programa pagarán los precios públicos de matrícula en su Universidad de origen, quedando exentos de cualquier pago por derechos de matrícula en la Universidad receptora.
- Los estudiantes de intercambio únicamente deberán pagar en la Universidad receptora los precios públicos que pudieran estar establecidos para el acceso a determinados servicios (deportes, Internet, libros, etc.) en las mismas condiciones que los estudiantes de la Universidad. En este caso, la Universidad receptora deberá informar a los estudiantes previamente a su llegada a la misma.
- Los gastos de viaje, alojamiento, manutención, seguro médico y demás gastos derivados de su estancia de intercambio correrán a cargo del estudiante, salvo que mediante acuerdo expreso de ambas instituciones, se decida asumir alguno o todos estos gastos. No obstante, la Universidad receptora deberá asesorar a los estudiantes participantes en la búsqueda de un alojamiento adecuado para su estancia.
- Todos los estudiantes de intercambio deberán tener durante su estancia en la Universidad receptora la cobertura de un seguro médico y de asistencia en viaje, a cargo del estudiante.
- Las movilidades se financiarán preferentemente con fondos externos, siempre y cuando los estudiantes seleccionados cumplan con las condiciones para recibir dicha



financiación. De no ser posible recibir financiación externa, se garantizarán las condiciones previstas en el presente convenio.

7.- Prestaciones y servicios de la Universidad receptora

- Cada Universidad prestará a los estudiantes que reciba en el marco del presente programa de intercambio la asistencia necesaria para la preparación adecuada de su estancia y para el óptimo desarrollo de la misma a través de sus servicios generales y de relaciones internacionales.
- Los estudiantes de intercambio tendrán derecho en la Universidad receptora a acceder y utilizar los servicios que ésta ofrezca en las mismas condiciones que los estudiantes propios de la Universidad. La Universidad receptora informará debidamente a los estudiantes de intercambio de dichos servicios.

CLAÚSULA TERCERA. COMPROMISOS ACADÉMICOS.

1. Los estudiantes participantes en el programa, al ser admitidos por la Universidad receptora, tienen derecho a matricularse en los estudios regulares impartidos por la Universidad por un periodo máximo de un curso académico y por el número máximo de créditos permitido en cada Universidad, quedando sujeto al mismo régimen académico que el resto de estudiantes matriculados en dichos estudios.

2. Las Universidades receptoras podrán limitar, en coordinación con los Centros interesados, los estudios que pueden cursarse en el programa de intercambio si ello se considera conveniente para facilitar el reconocimiento académico recíproco de los estudios realizados por los estudiantes de intercambio.

3. La admisión para cursar una materia o asignatura específica estará sólo condicionada a que el estudiante reúna los requisitos académicos y administrativos para inscribirse en la misma y a la disponibilidad y condiciones de las plazas ofertadas en cada convocatoria.

4. Al término del periodo de intercambio, la Universidad receptora expedirá un certificado de los estudios realizados por cada participante, especificando el número de créditos cursados o la duración de los mismos, así como las calificaciones obtenidas.

5. Cada una de las dos Universidades aceptará los estudios realizados en la otra institución como equivalentes a los propios, dentro de los límites que establezca la legislación vigente en cada país y la normativa propia de cada Universidad.

CLAÚSULA CUARTA. COORDINACIÓN.

Las personas responsables académicamente de las relaciones internacionales en cada Universidad o las personas en quienes deleguen serán las responsables de la coordinación del presente convenio específico.

Cuando, al amparo del presente convenio, se promuevan acuerdos específicos de intercambio entre los responsables de determinados estudios, los coordinadores del



programa de intercambio que cada centro responsable de los estudios haya nombrado, serán responsables de la coordinación del convenio.

CLÁUSULA QUINTA. COMISIÓN CONJUNTA Y CONVOCATORIA.

La Comisión Conjunta creada al amparo del Convenio de Colaboración firmado entre ambas instituciones, contará con un representante del Vicerrectorado responsable del área de relaciones internacionales por parte de la Universidad de Granada, así como un representante del área de relaciones internacionales de la Universidad de Brasilia, que valorará la ejecución del presente convenio específico de intercambio de estudiantes.

Las Universidades fijarán anualmente, con suficiente antelación a las fechas de convocatoria del programa de intercambio en cada Universidad, el número y condiciones de las plazas de intercambio que se ofrecen.

Por parte de la Universidad de Granada, y en aplicación de la normativa aprobada por el Consejo de Gobierno sobre movilidad internacional de estudiantes, la convocatoria de intercambio se realizará a través del Vicerrectorado responsable del área de relaciones internacionales, y será gestionada, en coordinación con los Centros implicados, por la Oficina de Relaciones Internacionales de la Universidad de Granada.

CLÁUSULA SEXTA. DURACIÓN Y RENOVACIÓN.

El presente convenio comenzará a aplicarse el curso académico 2020/2021 y tendrá validez durante un período de cuatro (4) años, quedando sujeto a revisión o modificación por acuerdo mutuo de las partes. Las modificaciones que se acuerden se adjuntarán como adenda al presente convenio.

En cualquier momento antes de la finalización del plazo máximo de los cuatro años previsto en el apartado anterior, los firmantes del convenio podrán acordar unánimemente su prórroga por un periodo de hasta cuatro (4) años adicionales o su extinción.

No obstante, cualquiera de las partes podrá resolver el convenio mediante comunicación expresa a la otra parte, notificada por escrito con seis meses de antelación.

CLÁUSULA SÉPTIMA. PROTECCIÓN DE DATOS, SEGURIDAD Y CONFIDENCIALIDAD.

En las actuaciones que se desarrollen en ejecución del presente convenio de colaboración y que impliquen el tratamiento de datos personales, las partes se comprometen a cumplir el régimen de protección de datos aplicable a cada una de ellas.

En este sentido, la Universidad de Granada queda sujeta a lo previsto en el Reglamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) y en la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos de Carácter Personal y garantía de los derechos digitales y demás normativa que resulte de aplicación.

Por lo que respecta a la Universidad de Brasilia, le resulta de aplicación lo dispuesto en Ley nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sin perjuicio de aquellos tratamientos que traigan causa de un



encargo de tratamiento por parte de la Universidad de Granada, al que será de aplicación las normas citadas en el párrafo anterior.

En su caso, la Universidad de Brasilia deberá tener en cuenta lo previsto en el artículo 3.2 RGPD.

Asimismo, las partes mantendrán la confidencialidad en el tratamiento de la información facilitada por las partes y de la información, de cualquier clase o naturaleza, generada como consecuencia de la ejecución del presente convenio; dicha obligación se extenderá indefinidamente aunque el convenio se hubiera extinguido. Todo ello sin perjuicio de la eventual autorización de las partes o de que, en su caso, dicha información pasara a ser considerada como de dominio público.

CLÁUSULA OCTAVA. DISCREPANCIAS.

Toda diferencia, conflicto de interés o problemas derivados de la aplicación o interpretación del presente Convenio será resuelta en primera instancia por los coordinadores de las partes y en segunda instancia por los respectivos rectores o por las personas que estos designen.


En el caso de no ser posible una solución amigable y resultar procedente litigio judicial, las partes acuerdan, con renuncia expresa a cualquier otro fuero que pudiera corresponderles, someter el conflicto a la jurisdicción y competencia de los tribunales del país de la parte demandada.

Los representantes de ambas Instituciones firman el presente Convenio, en dos ejemplares originales igualmente válidos y estampan en ellos sus respectivos sellos en la fecha y lugar mencionados.

**POR LA UNIVERSIDAD DE
BRASILIA**

**POR LA UNIVERSIDAD
DE GRANADA**

p/

Documento assinado digitalmente
 **gov.br** Diego de Tassio Silva
Data: 08/06/2021 13:47:49-0300
CPF: 006.608.151-33

**Secretario para Assuntos
Internacionais,
Virgílio Pereira de Almeida
Representante legal por delegación
de la Rectora**

**La Vicerrectora de Internacionalización,
Dorothy Kelly
Representante legal por delegación
de la Rectora**

Lugar y fecha: Brasilia, 08/06/21

Lugar y fecha:

